
EDUCAÇÃO E GESTÃO

AMBIENTAL

Oyana Rodrigues dos Santos¹

DIAS, Genebaldo Freire - **Educação e Gestão Ambiental**. São Paulo: Gaia, 2006.

Genebaldo Freire Dias é um profissional da área ambiental que reúne características bem especiais, dentre elas a de detentor de bagagem conceitual oferecida pela academia e de apaixonado pela causa. Além disso, possui um passado de atuação profissional em órgão público ambientalista e, hoje, atua como professor na pós-graduação na Universidade Católica de Brasília. Diante desta trajetória, não é de se estranhar a quantidade de publicações de sua autoria, nas quais se percebe uma manifesta preocupação de se fazer entender por todos os segmentos da sociedade. Contribuir para o avanço da causa ambiental no Brasil parece ser a sua meta e para tal veio fazendo uso de variados expedientes.

É neste contexto que precisamos entender a obra, *Educação e Gestão Ambiental*, como um relato de experiência do autor, em cuja divulgação, por meio desta publicação, materializa mais uma forma de contribuir para a difusão da aplicabilidade dos processos de educação e gestão ambiental. Divulgação esta que pode contribuir para a superação de dificuldades, encontradas por aqueles desejosos de seguir rumo à efetiva transformação do cotidiano da sociedade humana e até estimulá-los, pois na atuali-

1 Professora da PUCGoiás e do IFG, membro do Programa de Educação Ambiental Doutoranda em Educação da PUC Goiás.

dade, embora a maioria das pessoas não ignore os danos ambientais e suas conseqüências, ainda muito se fala, mas pouco se faz.

Nesta publicação, é possível conhecer os passos dados pelo autor e sua equipe na implantação do Projeto de Educação Ambiental atrelado à Gestão Ambiental em uma instituição privada de ensino superior, bem como seus objetivos, metodologias e resultados conseguidos, além dos seus reflexos na dinâmica cotidiana da Instituição e nas concepções ambientais e comportamentos das pessoas envolvidas direta e indiretamente nas ações. Ao final, o autor esboça alguns traços das dificuldades enfrentadas.

Este relato de experiência demonstra a possibilidade de sucesso quando se trabalha, em equipe, com o apoio da Instituição. Deste modo, a ação é realizada com o subsídio de todo um planejamento e monitoramento dos resultados. As características desta experiência tornam a leitura deste livro imprescindível para quem intenta materializar em seu cotidiano, práticas responsáveis, que objetivam contribuir para construção de um mundo socialmente justo, economicamente correto e ambientalmente responsável.

Na introdução do livro, o autor lança mão de várias narrativas na tentativa de caracterizar o perfil da sociedade atual e a necessidade urgente de adotarmos uma postura diferenciada. Dentre elas, podemos destacar:

O modelo de “desenvolvimento” adotado, por um lado, gera opulência, por outro, gera exclusão social, e ambos degradam. O modelo também gera uma crise de percepção. Para manter-se o atual estilo de vida, destroem-se o sistema de suporte da vida na Terra. Poluímos a água que bebemos o ar que respiramos e os solos que produzem nossos alimentos. Acabamos com as florestas que garantem a água, o clima ameno, o ar puro e o solo produtivo. Por último, dizimamos os animais que compõem a teia da vida e tornamos alguns deles escravos pra servirem de fonte de proteínas.” (DIAS, 2006, p. 16)

Dias aponta para o fato do estilo de vida adotado pelo homem contemporâneo já se apresentar insustentável e que o futuro do homem no planeta Terra mostra-se nebuloso. Ele alerta que, se quisermos um futuro melhor, devemos nos envolver, imediatamente, em um desafio evolucionário, o maior desde que começamos a viver em sociedade. Este desafio deverá envolver a todos, em um verdadeiro experimento global cujo desafio requer ferramentas teóricas e práticas novas, bem como resgate e a criação de outros valores, que estejam sintonizados com a ética global.

O autor destaca que a despeito da permanência de uma tendência pró-insustentabilidade, testemunha-se nas últimas décadas, o crescimento das respostas contrárias a esta postura dadas pelos seres humanos, com a realização de importantes convenções internacionais, que resultaram na criação de documentos norteadores de novas práticas, desenvolvimento de processos de gestão ambiental e uma crescente mobilização para a sensibilização e conscientização ambiental. Com Isto, pode-se observar o crescimento do uso de diversos instrumentos de gestão ambiental como o processo de educação, os licenciamentos, as certificações e aperfeiçoamento das leis ambientais e dos mecanismos de participação popular.

De acordo com Dias, a gestão ambiental, termo bastante usado entre os profissionais na área ambiental, é apenas o nome recente que se dá à administração ambiental. Para ele, gestão ambiental nada mais é do que um conjunto de medidas e procedimentos que permite identificar os problemas ambientais gerados pelas atividades da instituição e, assim, rever critérios de atuação (normas e diretrizes), de modo a incorporar, novas práticas capazes de reduzir ou eliminar danos ao meio ambiente (passivo ambiental).

Assim, nesta altura da leitura, o autor nos leva a indagar sobre o porquê não desenvolver uma experiência de implementação da gestão ambiental em uma Instituição de ensino superior? Porque as Instituições embora propiciadoras de cursos de

formação de futuros profissionais na área ambiental, não conseguem aplicar as teorias em seu cotidiano? Os profissionais e alunos destas instituições não são capazes de identificar problemas no campus e se mobilizar para resolvê-los? Os acadêmicos não são capazes de identificar a incoerência no campus entre o que se discute em sala de aula e o que se faz no cotidiano da instituição? Creio terem sido as respostas a estas inquietações que motivaram o autor a ousar.

A explicação dada pelo autor para um quadro geral de aparente apatia, apresentado nas instituições de ensino superior na atualidade, pode estar no fato de estarem imersas em suas preocupações acadêmicas, muitas delas, descontextualizadas das necessidades da sociedade em que está inserida. As suas práticas ainda revelam uma visão autoconcentrada, fragmentada e desconectada dos reais desafios socioambientais. Sobre esta realidade, o autor diz:

A essa altura, a dimensão ambiental já deveria estar incorporada em todos os cursos e em todas as ações dessas instituições. Tal processo ainda ocorre de forma pontual, muitas vezes sob forte oposição e conduzido por alguns abnegados. Mudar o que está estabelecido há décadas fere interesses pessoais e coporativos, desestabiliza feudos e incomoda acomodados. (Dias, 2006, p. 18)

Segundo ele, todas as instituições de ensino já deveriam ter uma política ambiental definida com programas de educação ambiental como instrumento de gestão ambiental. A implantação de um programa de educação ambiental apresenta-se como um imperativo da moderna gestão institucional, sintonizada com a responsabilidade social e com o processo de sustentabilidade.

Em sintonia com esse desafio, a Universidade Católica de Brasília, possibilitou por meio de sua Pró-Reitoria de Extensão, o desenvolvimento do Projeto de Educação Ambiental (PEA-U-

CB), buscando a ampliação da percepção das pessoas para os desafios socioambientais e para a necessidade de mudança de hábitos e valores.

Neste ponto, devemos fazer uma pausa para reconhecermos o pioneirismo desta instituição, pois, mesmo sob pressão do alunado dos cursos na área ambiental para resolução de várias não conformidades existentes no campus e tendo a frente dos trabalhos um profissional como o Dias, o risco que se corria na ação era inerente. Além disto, tratava-se de incorporar a dimensão socioambiental nas ações cotidianas da universidade, que criada em 1974, já era detentora de toda uma historicidade calcada em práticas cotidianas que forçosamente deveria ser objeto de alterações significativas. Tudo isto acompanhado pelo desafio de se aliar a causa ambiental à missão da instituição com seus princípios e valores.

Neste contexto desafiador, levaram-se em consideração os ganhos diferenciais, ocasionados pela incorporação da dimensão ambiental nas atividades da universidade, aliado ao seu compromisso em auxiliar na construção de um saber junto aos alunos, que responda as necessidades da realidade. Dentre estes ganhos o autor destaca motivações, como o fato de conduzir ao aprimoramento de sua política ambiental e buscar a eficiência ecológica contínua, o que a torna expressão de seu compromisso social e de reduzir o potencial da universidade de causar danos ao ambiente e de receber sanções ambientais. Destaca também o fato de permitir redução dos gastos e ampliação da margem de lucro, além de abrir-se à possibilidade de ganho com a melhoria da imagem institucional dado ao alargamento das possibilidades de marketing.

Uma instituição que tem política ambiental definida e abriga um processo de gestão ambiental sinaliza para o mercado a sua competência e sintonia com os desafios de sustentabilidade socioambiental e demonstra a capacidade de auto-ajustamento evolucionário.

Segundo Dias, em maio de 1999, iniciou-se o processo de implantação do Projeto de Educação Ambiental na UCB. Seu Conselho Diretor aprovou o diagnóstico ambiental da instituição e a justificativa para a implantação de um modelo simplificado de gestão Ambiental. As atividades tiveram início em agosto deste mesmo ano, incorporando institucionalmente a dimensão ambiental nas atividades dos *campi* I e II, tanto no âmbito acadêmico quanto administrativo.

O Projeto de Educação Ambiental da UCB caracterizou-se como um conjunto de atividades, que buscava informar e sensibilizar as pessoas sobre a complexa temática ambiental, estimulando o envolvimento em ações que promovessem hábitos sustentáveis de uso dos recursos naturais, além de propiciar reflexões sobre as relações entre o ser humano e o meio ambiente. O projeto foi concebido de forma a apresentar respostas adaptativas às não conformidades identificadas na fase de diagnóstico nos *campi* e gerar demandas de mudança evolucionárias em sua estrutura. Para tanto, assumiu como objetivo geral a incorporação da dimensão socioambiental nas ações da UCB e ajustar a sua pegada ecológica, em prol da sustentabilidade humana. Como objetivos específicos foram elencados: difundir, na instituição, práticas compatíveis com as premissas do desenvolvimento de sociedades sustentáveis, por meio dos diversos processos de gestão ambiental que compõem o cotidiano da UCB; elaborar indicadores de sustentabilidade; promover a incorporação progressiva de correções e novos procedimentos no metabolismo energético-material da UCB; produzir recursos instrucionais para o processo de educação ambiental do Projeto de Educação Ambiental; promover a construção da Agenda Ambiental da UCB.

O marco referencial adotado fundamentou-se nas orientações da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei 9.795/1999), que se baseou nas recomendações das grandes conferências internacionais sobre Educação Ambiental, promovidas pela Unesco por meio de seu PIEA (Programa Internacional de

Educação Ambiental, Tbilissi 1977), corroboradas na Conferência da ONU (Organização das Nações Unidas) sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92), Conferência sobre Sustentabilidade Humana (Rio + 10 ou Johannesburgo 2002) e do Programa de Educação Ambiental dos Ministérios do Meio Ambiente e da Educação, bem como da Diretoria de Educação Ambiental do Ibama.

Sua execução foi possibilitada por meio da Diretoria de Programas Comunitários e do Programa de Qualidade de Vida da Pró-Reitoria de Extensão, possibilitando uma interação sistêmica e multidisciplinar com os diversos setores da instituição. Respeitando sempre a missão, a política e os valores da UCB, iniciou-se a caracterização do perfil ambiental da instituição, levando em conta a sua cultura, seu metabolismo energético e material, sua estrutura, função e dinâmica, seguindo-se a realização do diagnóstico sócioambiental. Este diagnóstico indicou as prioridades que requeriam o estabelecimento de objetivos específicos para atendê-los e, a partir destes, configurou-se os projetos com suas estratégias, suas técnicas e seus recursos instrucionais. Por último, foram nomeados indicadores para o processo de avaliação e estabelecimento de metas.

O diagnóstico efetivado de maio a junho de 1999 consistiu de auditoria em todas as instalações do campus I (Taguatinga Norte, DF), revelando várias não-conformidades ambientais, destacando-se: disposição inadequada de resíduos sólidos (lixões); poluição atmosférica (incinerações irregulares, desperdício de combustível); poluição sonora (sirenes e outras fontes estressantes); desperdício de combustível, água e energia elétrica; manejo incorreto das áreas verdes (uso excessivo de venenos, eliminação da flora nativa, plantio de espécies inadequadas); maus tratos a fauna silvestre (destruição de ninhos e habitats).

Tal quadro evidenciava a existência de práticas contraditórias, pois enquanto a Universidade buscava por meio de seus cursos e das múltiplas atividades de pesquisa e extensão, promover o “desenvolvimento sustentável”, no seu cotidiano, poluía e

desperdiçava recursos naturais. Assim, o Projeto de Educação Ambiental surge na UCB como uma possibilidade concreta de efetivar ações dentro da instituição que ajudasse a sensibilizar as pessoas a promover as mudanças de hábitos necessárias para a alteração do quadro indesejado apresentado e contribuísse para o desenvolvimento de uma nova cultura de responsabilidade sócioambiental. Esta cultura deveria tornar possível a incorporação da dimensão ambiental nas ações das pessoas, não apenas reduzindo o passivo ambiental, mas difundindo a necessidade de mudanças estruturais na forma de viver de nossa sociedade, no seu estilo de vida, no modelo de desenvolvimento, consumismo, valores éticos etc.

Uma não conformidade extremamente grave na UCB detectada na fase do diagnóstico foi o fato da Instituição, até o ano de 2000, não ter uma Política Ambiental definida, situação esta alterada pelo acatamento de uma proposta do Projeto de Educação Ambiental, onde constava que sua política deveria: abranger todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão, em seus diversos setores; inclusão da dimensão ambiental em todos os cursos; redução de efluentes e resíduos; eliminação do passivo ambiental; aprimoramento contínuo/prevenção da poluição; comunicação com as partes interessadas; cumprimento da Legislação Ambiental etc.

Segundo o autor, após a fase de planejamento e com o estabelecimento das principais frentes de atuação e seus respectivos indicadores, passou-se aos seguintes desdobramentos, materializados em ações efetivas:

- Realização de Seminários de Sensibilização
- Ambientação do Campus
- Controle Biológico da População de Pombos
- Criação de Central de Reuso
- Implantação da Coleta Seletiva
- Implantação da prática da Compostagem
- Implantação de programa de Conservação de Energia

- Implantação de programa de Conservação da Qualidade Sonora
- Criação de Corpo de Voluntários
- Realização de Encontro de Educadores Ambientais do Distrito Federal
- Criação do laboratório natural Ilha de Sucessão
- Estabelecimento de parcerias e Interação Intra e Extra-institucional
- Participação em Eventos e Atendimentos Externos
- Estímulo a adoção da Preciclagem
- Produção de Recursos Instrucionais (Formação e Informação)
- Adoção de programa de Racionalização do Uso da Água
- Redução do Consumo de Combustíveis Fósseis
- Replântio de Espécies Nativas

Após a narrativa das experiências apreendidas, com grau de detalhamentos suficientes, para orientar o leitor, sobre o que se fez e como se fez, o autor segue para o fechamento da publicação, apresentando os custos e benefícios, primeiramente registrados em planilhas e depois detalhados com redação expressando os benefícios indiretos, despesas demandadas e receitas catalisadas do PEA/UCB. Tais dados apontam para o fato dos primeiros resultados terem sido avaliados satisfatoriamente, com o reconhecimento por parte de diversas empresas brasileiras, cuja experiência levada pelo PEA/UCB constituiu-se *referência*.

Por último, Dias apresenta um Resumo Executivo, uma avaliação e referências prospectivas da experiência efetivada na UCB, momento em que se testemunha um verdadeiro desabafo, evidenciando que as práticas efetivadas e registradas neste livro, não se deram sem nenhuma oposição ou dificuldades, onde se destaca o seguinte registro:

A despeito do seu reconhecimento fora das fronteiras da instituição, internamente o PEA passou por momentos muito difíceis. Conflitos políticos, interesses contrariados de pe-

quenas autoridades, burocracia e outras veleidades afins e típicas dos agrupamentos humanos terminaram reduzindo a expressão das potencialidades do Projeto (que na verdade, deveria ser um Programa). Mas já foi um grande avanço. Afinal, não se mudam hábitos seculares em pouco tempo. (DIAS, 2006, p. 114)

O autor reforça, ao final da publicação, que o objetivo do livro foi socializar as conquistas efetivadas e demonstrar que é possível produzir as mudanças que tanto ouvimos falar e que normalmente ficam apenas no discurso.

Nos últimos anos, diante de algumas dificuldades enfrentadas pela UCB e necessidade de enfrentamentos e adequações, parte das ações introduzidas e desenvolvidas pelo PEA tem encontrado algumas dificuldades para serem mantidas, mas acredita-se que uma vez alterado este quadro, a Reitoria não só reative estas ações como as amplie. Na atualidade, estas ações se constituem em grande diferencial da instituição junto às demais, um pioneirismo que forçosamente deverá ser seguido pelas demais, pelo fato de não só contribuírem diretamente para a redução dos danos ambientais, como também uma oportunidade para os acadêmicos formarem a convicção ambiental. A experiência efetivada na UCB possibilita não só a conformação de um novo cidadão, como de profissionais ambientalmente subsidiados, que deverão tornar práticas comuns em seu cotidiano, a ação ambientalmente correta e responsável com os destinos de seu planeta.